

1º SIMULADO

PGEAL



Estratégia
Carreira Jurídica

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGE-AL para Procurador do Estado;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no último edital da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGE-AL-18-10>



Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

01. O Município de Maceió editou lei que afrontava dispositivo expresso da Constituição de Alagoas, de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública de Maceió.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

02. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para reestruturar a Administração Pública. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas e de alguns partidos políticos, viola princípios federativos e direitos adquiridos dos servidores públicos. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.

c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.

d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.

e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

03. Sobre os Princípios Fundamentais e os Direitos e Garantias Fundamentais elencados na Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

a) A concessão de asilo político a estrangeiro perseguido politicamente em seu país de origem é um exemplo de direito fundamental cuja titularidade é só de estrangeiro, não obstante a universalidade seja uma das principais características dos direitos fundamentais.

b) A Constituição Federal, ao elencar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil, quis, sobretudo, elevar o trabalho ao condão de direito social, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania plena.

c) A Constituição Federal, ao redemocratizar o Estado, trouxe uma ampla e irrestrita liberdade de consciência, de forma que não se pode restringir, sob risco de se configurar a censura,

a manifestação de opiniões, mesmo que propagadoras do antissemitismo.

d) O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias. Compete privativamente à União a regulamentação de profissões.

e) A construção de uma sociedade livre, justa e igualitária constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

04. O artigo 134, § 1º, da Constituição Federal dispõe que lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos. Essa norma constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia

a) limitada, declaratória de princípio institutivo.

b) contida e aplicabilidade diferida.

c) limitada, declaratória de princípio programático.

d) contida e aplicabilidade imediata.

e) plena e aplicabilidade direta e imediata.

05. Acerca dos conceitos, das classificações das constituições e da Constituição Federal de 1988 (CF/88), indique a opção correta.

a) Constituições cesaristas são aquelas impostas, criadas sem a participação popular.

b) Quanto ao modo de elaboração, a CF/88 é classificada como dirigente.

c) Conquanto as constituições históricas sejam juridicamente flexíveis, sob o aspecto político, são normalmente rígidas.

d) Constituição, na definição de Hans Kelsen, corresponde a uma decisão política fundamental.

e) No sentido sociológico, as constituições são normas puras, puro dever ser, puro dever fazer.

06. O Presidente da República, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus, apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal para retirar dos municípios a competência para tratar dos assuntos de interesse local. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.

b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.

c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.

d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.

e) inconstitucional, porque a proposta fere a autonomia municipal, princípio federativo amparado por cláusula pétreia.

07. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa incorreta:

a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.

b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.

d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

08. A respeito da Ordem Social, indique a única alternativa incorreta.

a) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. As Universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

b) É dever do Estado, dentre outros relativos à educação, ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

c) O Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dessa sorte, é dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

d) Os Estados e o Distrito Federal devem destinar parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

09. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

a) O Governador de Alagoas, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.

b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.

c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.

d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.

e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

10. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta:

a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.

b) Lei estadual que autoriza policiais militares utilizarem em serviço armas apreendidas é inconstitucional, tendo em vista que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde, é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.

d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

e) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

11. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, exceto:

a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

d) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II.

e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

12. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

13. Sobre o controle das finanças públicas, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- b) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

- d) O controle da legalidade poderá ser prévio, concomitante ou subsequente
- e) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União

14. Assinale a afirmativa correta:

- a) É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, desde que com oferta de garantia pelo ente federado.
- b) É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo
- c) A instituição financeira controlada pode adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimentos de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.
- d) As operações de crédito comumente chamadas “pedaladas” são comuns e permitidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) As as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, não serão fiscalizadas.

15. Assinale a afirmativa correta:

- a) O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a liquidação de ao menos 30 (trinta) por cento da mencionada dívida.
- b) O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos

créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

c) Os entes da federação estão impedidos de contrair dívidas internacionais.

d) O Banco Central do Brasil é considerado o “banco do governo” por emprestar, diariamente, recursos a contas de todos os entes federados.

e) Toda dívida pública tem que ser aprovada previamente pelos Tribunais de Contas e órgãos de fiscalização.

16. Assinale a afirmativa correta:

a) O orçamento é uma lei material.

b) O A lei orçamentária é meramente autorizativa e não impositiva.

c) O STF hodiernamente tem o entendimento de não se admite o controle em abstrato de leis com efeitos concretos, como o orçamento.

d) As operações de crédito comumente chamadas “pedaladas” são comuns e permitidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

e) O orçamento base zero ou por estratégia é aquele que elabora a base orçamentária para um determinado período levando em consideração os orçamentos de períodos anteriores.

17. De acordo com a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta:

a) Leis orçamentárias têm natureza concreta, logo inviável o controle em sede abstrato pelo STF.

b) A Lei orçamentária no caso concreto tem densidade normativa o suficiente para ser objeto de controle, logo há possibilidade de controle de constitucionalidade abstrato a depender do caso.

c) Independente da análise e da densidade normativa, bem como do âmbito material da lei, há a possibilidade de controle abstrato pelo simples fato de ser uma lei.

d) Qualquer tipo de vinculação de impostos é inconstitucional.

e) Toda dívida pública tem que ser aprovada previamente pelos Tribunais de Contas e órgãos de fiscalização.

18. Determinado estado da Federação promulgou sua lei orçamentária anual, a qual teve sua constitucionalidade contestada em sede de controle abstrato de constitucionalidade, sob o argumento de que ela não teria dado oportunidade, na fase de elaboração do seu texto, de participação aos cidadãos, bem como que teria desrespeitado os marcos temporais do ciclo orçamentária estabelecidos pela lei estadual a que deu aplicação. Quanto à situação apresentada, assinale a opção correta.

a) É admissível, segundo entendimento do STF, o controle abstrato de constitucionalidade de lei orçamentária anual, independentemente do caráter abstrato ou concreto do seu objeto.

b) A constitucionalidade da lei em questão não poderia ter sido questionada, uma vez que o orçamento participativo não tem previsão legal.

c) A constitucionalidade da lei em apreço foi corretamente questionada, pois os estados devem cumprir o prazo de envio e devolução do projeto de lei orçamentária, sendo impedidos de fixar outros marcos temporais.

d) A participação popular é prevista apenas na fase de discussão do projeto de lei orçamentária, não sendo extensiva à fase de elaboração do texto legal.

e) A declaração de inconstitucionalidade da lei possibilitará a aplicação de lei municipal suplementar que verse sobre direito financeiro, mesmo que inexistir interesse local.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

19. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) o princípio da eficiência não possui aplicação prática e direta no ordenamento jurídico, tendo em vista que é um conceito jurídico indeterminado e não possui regulamentação legislativa, não sendo possível anular um ato administrativo por violação direta a este princípio.
- b) O princípio da impessoalidade se relaciona apenas com a vedação à atuação do agente buscando beneficiar ou prejudicar terceiros ou a si próprio.
- c) a nomeação de irmão da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública do Estado viola a Constituição Federal.
- d) considerando que a vedação ao nepotismo não se aplica aos cargos políticos, é possível a nomeação da esposa do prefeito para o cargo de secretária de saúde do Município, ainda que condenada por improbidade administrativa com sentença transitada em julgado.
- e) de acordo com o princípio da segurança jurídica, a Administração Pública apenas poderá anular os seus próprios atos que produzam efeitos favoráveis ao administrado dentro do prazo decadencial de 5 anos.

20. No que se refere à organização administrativa, assinale a alternativa correta

- a) A descentralização consiste na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos e integrantes da administração pública direta.
- b) Na administração pública, desconcentrar significa atribuir competências a órgãos de uma mesma entidade administrativa.

c) A diferença preponderante entre os institutos da descentralização e da desconcentração é que, no primeiro, há vínculo hierárquico e, no segundo, esse vínculo não permanece.

d) órgãos públicos são unidades de atuação administrativa, com personalidade jurídica, ordenados para a consecução de uma predeterminada atribuição no âmbito da Administração Pública.

e) as autarquias estaduais estão desobrigadas de licitar a contratação de obras, serviços, compras e alienações.

21. Relativamente ao poder de polícia, assinale a alternativa correta

- a) O poder de polícia é indelegável.
- b) A polícia administrativa propõe-se a restringir o exercício de atividades ilícitas e, em regra, tem caráter repressivo.
- c) São características do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, sendo este último a característica que permite a execução direta, imediata e forçada, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário.
- d) a decretação do estado de sítio permite a extensão excepcional do poder de polícia, com possibilidade de restrições aos direitos de reunião, à liberdade de imprensa e à própria inviolabilidade de domicílio.

e) as medidas necessárias ao exercício do poder de polícia dependem, em regra, da intervenção do Poder Judiciário, não podendo a Administração agir diretamente na sua execução.

22. O secretário de segurança pública do Estado Delta removeu, de ofício, um delegado lotado em uma delegacia especializada na capital para uma nova lotação no interior do Estado. Apurou-se que a motivação do secretário era trocar o delegado responsável por um

determinado inquérito policial. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade desvio de poder, devendo ter a sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.
- b) O ato poderá ser revogado pelo Poder Judiciário em razão da nulidade por abuso de direito do secretário municipal.
- c) O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, devendo ter a sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.
- d) O ato é válido, tendo em vista que cabe à autoridade competente promover a remoção de ofício para adequação do serviço.
- e) O ato é nulo por desvio de poder, tendo em vista que a autoridade que promoveu a remoção de ofício não possuía competência para praticar o ato.

23. Em relação ao tema da extinção e convalidação dos atos administrativos, é possível afirmar que

- a) A anulação de ato administrativo fundamenta-se na ilegalidade do ato, enquanto a revogação funciona como uma espécie de sanção para aqueles que deixaram de cumprir as condições determinadas pelo ato.
- b) Se um ato administrativo é realizado com motivo de fato inexistente, mesmo que exista motivação, ele é considerado ilícito com base na teoria dos motivos determinantes.
- c) A cassação de um ato administrativo corresponde a extingui-lo em razão da sua incompatibilidade material com ato administrativo posterior.

d) Tanto a anulação como a revogação retiram do mundo jurídico atos com defeitos e produzem efeitos prospectivos.

e) Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência exclusiva poderá ser convalidado por meio de ratificação.

24. Acerca das licitações, sistema de registro de preços (SRP) e do regime diferenciado de contratações, assinale a alternativa correta

- a) O pregão deverá ser utilizado para a realização de licitação que tenha como objeto a contratação de obras e serviços de engenharia.
- b) A modalidade de licitação para selecionar os fornecedores na sistemática do SRP é a concorrência ou o pregão, este último no caso de bens e serviços comuns.
- c) a adoção dos tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço" para licitações na modalidade pregão é possível, porém limitada à fase de julgamento e classificação das propostas, não se aplicando à fase de lances.
- d) No edital de licitação pela sistemática do SRP, assim como para todas as compras públicas, deve ser indicada a dotação orçamentária suficiente para cobrir a despesa.
- e) no pregão, a garantia de proposta, quando exigida, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato.

25. Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta

- a) a alteração unilateral do contrato é permitida no caso de mudança do local de prestação dos serviços contratados, uma vez que constitui modificação qualitativa.
- b) as cláusulas econômico-financeiras podem, em regra, ser alteradas unilateralmente pela Administração.

- c) é lícito que a Administração modifique unilateralmente o objeto do contrato para melhor atender ao interesse público, ainda que isso importe na mudança substancial do objeto licitado.
- d) o contrato somente poderá ser aditado de forma unilateral se a modificação implicar alteração do valor inicial atualizado do contrato, para mais ou para menos, em até 50%.
- e) é lícita a alteração unilateral do contrato quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

26. No que diz respeito aos serviços públicos, sua concessão e, assinale a alternativa correta

- a) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.
- b) A transferência de concessão ou de controle societário da concessionária sem a prévia anuência do poder concedente implicará apenas aplicação de multa ao contratado.
- c) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.
- d) Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.
- e) Não é admitida a participação direta dos autores ou responsáveis pelos projetos, básico ou executivo, nas licitações e execução das obras ou serviços em PPP.

27. Alfredo, agente público do Estado Alfa, foi processado criminalmente após denúncia de

cometimento de crime previsto no Código Penal. Após o devido processo legal, foi absolvido por falta de provas. Neste caso, havendo também processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta

- a) Alfredo poderá sofrer pena de demissão na esfera administrativa, independentemente da absolvição na esfera criminal.
- b) Não é possível a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, devidamente autorizada na esfera criminal.
- c) O processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente, tendo em vista a absolvição na esfera penal.
- d) O processo administrativo disciplinar será nulo se Alfredo não for representado por advogado.
- e) Se a autoridade competente, ao julgar o PAD, alterar a capitulação legal imputada a Alfredo, o PAD será nulo.

28. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) assinale a alternativa correta

- a) Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.
- b) Configura *bis in idem* a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.
- c) A sanção de suspensão dos direitos políticos pode ser executada provisoriamente
- d) O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de

responsabilidade político-administrativa específico.

e) A aplicação da sanção de perda da função pública depende do trânsito em julgado da sentença condenatória.

29. Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda

a) O particular que sofrer um dano decorrente da atuação da Administração Pública, poderá propor ação de reparação do dano em face do Ente Público e do agente público que praticou o ato em litisconsórcio passivo.

b) De acordo com a teoria do risco integral, o Estado responde objetivamente pelos danos causados pelos seus agentes atuando nesta qualidade, mas poderá alegar causas excludentes da responsabilidade para se eximir de indenizar o particular, tais como a culpa exclusiva da vítima, a culpa de terceiro e o caso fortuito ou a força maior.

c) O Estado será responsabilizado objetivamente por maus tratos de detento, tanto pelos danos materiais quanto pelos danos morais, tendo em vista o seu dever de manter padrões mínimos de humanidade nos presídios.

d) O Estado não será responsável pelo suicídio do preso, uma vez que não é possível ao Ente Público evitar essa conduta do presidiário.

e) Em nenhuma hipótese o Estado poderá ser responsabilizado por atos legislativos.

30. Acerca da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

a) Servidão administrativa consiste na autorização do Poder Público para usar o imóvel de propriedade particular, desde que mediante lei previamente editada.

b) Pela requisição, o Poder Público fica autorizado a utilizar de maneira permanente

bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente.

c) a alegação de urgência deve constar obrigatoriamente do decreto de utilidade pública e obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação.

d) notificado administrativamente o expropriado, ele terá o prazo de 15 (quinze) dias para aceitar ou rejeitar a oferta de indenização, sendo que o silêncio será considerado aceitação.

e) Caso a administração dê destinação diferente daquela para a qual o imóvel foi desapropriado, o expropriado tem direito de preferência, pelo preço atual da coisa, salvo no caso de tredestinação lícita.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

31. Amaro, brasileiro domiciliado na Inglaterra, desapareceu depois de ocorrer um acidente em uma viagem de cruzeiro que fazia. Passados dez anos, iniciam-se os procedimentos para a sucessão definitiva, já que a probabilidade de que Amaro esteja vivo é praticamente inexistente. Em relação à sucessão do patrimônio de Amaro, é correto afirmar que:

a) será processada pela lei brasileira;

b) será processada pela lei do país que for soberano em relação ao local do naufrago do cruzeiro;

c) a capacidade dos herdeiros de Amaro domiciliados no Brasil será definida pela lei inglesa;

d) será processada pela lei inglesa, a depender da natureza dos bens do patrimônio;

e) será processada pela lei inglesa.

32. Poderá ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- a) se a pessoa tiver mais de 80 anos e que de 5 datam as últimas notícias dele;
- b) se já ausente há mais de 10 anos;
- c) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra;
- d) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;
- e) se a pessoa desaparecida tiver deixado uma declaração de despedida.

33. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.

34. Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- b) em se tratando de morto, terá legitimação para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- c) é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- d) o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada;

- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.

35. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

36. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;

e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

37. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;

b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;

c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;

d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;

e) um ano.

38. Em relação ao pagamento indevido, é incorreto afirmar que:

a) todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição;

b) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;

c) não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei;

d) se aquele que indevidamente recebeu um imóvel o tiver alienado em boa-fé, por título oneroso, responde somente pela quantia recebida;

e) àquele que voluntariamente pagou o indevido é presumido o direito ao ressarcimento.

39. O Estado de Alagoas está executando um crédito fiscal de ITCMD em razão de uma doação que teve como favorecido João. Como João nunca declarou a referida doação, foi alvo de uma autuação por meio da SEFAZ/AL, o que foi possível por meio do cruzamento de dados entre o doador e João, donatário. João, em sua defesa, alega que jamais aceitou qualquer doação, arguindo que a referida doação já foi revogada. Em relação à revogação de doação, é correto afirmar que:

a) se a doação possuir encargo, João a teria revogado pela simples inexecução do encargo;

b) é possível renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário;

c) a doação não pode ser revogada por mera ingratidão;

d) é possível revogar por ingratidão uma doação puramente remuneratória;

e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

40. Dentre as opções abaixo, a única que não representa um direito real é:

a) o usufruto;

b) a concessão de direito real de uso;

c) a concessão de uso especial para fins de estabelecimento de comércio;

d) a laje;

e) o direito do promitente comprador do imóvel.

41. Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações;
- b) as fundações;
- c) os partidos políticos;
- d) os entes de fiscalização do exercício profissional;
- e) as organizações religiosas.

42. De acordo com o Código Civil, não se considera interessado para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) o herdeiro presumido, legítimo ou testamentário;
- c) o que tiver sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) o credor de obrigação vencida e não paga;
- e) o Ministério Público.

43. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde

que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;

e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

44. Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:

I) em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Nesse caso, o STJ entende que qualquer das partes na demanda pode requerer a prioridade, e não apenas a pessoa idosa beneficiária da mesma.

II) os procedimentos regulados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

III) em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Estão corretos os itens:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II, apenas.
- d) I, apenas.
- e) nenhuma das anteriores.

45. Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado..
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.
- d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

46. No que se refere à intervenção de terceiros, é correto afirmar:

- a) Ocorrida a cessão na fase de conhecimento, legítima será a sucessão processual, ingressando como parte no processo o cessionário, independentemente do consentimento da parte contrária.
- b) O assistente simples não fica vinculado à coisa julgada.
- c) De acordo com o STJ, a inclusão de litisconsorte ativo facultativo, após a distribuição da ação judicial, não configura desrespeito à garantia constitucional do Juiz Natural.

d) Em ações que versem sobre fornecimento de medicamento, a União deve ser chamada ao processo.

e) Para se distinguir a assistência simples da litisconsorcial, são irrelevantes os elementos e as circunstâncias inerentes à relação de direito material litigiosa.

47. A respeito das nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da instrumentalidade das formas só se aplica no âmbito das nulidades relativas, já que, em se tratando de nulidade absoluta, o prejuízo é presumido.
- b) Quando for rejeitada a alegação de nulidade da citação, tratando-se de processo de conhecimento, será deferido ao réu novo prazo para apresentação de defesa.
- c) De acordo com o STJ, a nulidade de algibeira, mesmo quando envolva nulidade absoluta, viola claramente a boa-fé processual e a lealdade, que são deveres das partes e de todos aqueles que participam do processo. Desse modo, além do fato de a nulidade não ser decretada, plenamente cabível a imposição de sanção por litigância de má-fé à parte que se valeu de tal estratégia.

d) A nulidade relativa, mesmo que não alegada no primeiro momento em que a parte deva se manifestar nos autos, não impede que a parte a suscite e o juiz a acolha.

e) Pelo princípio da causalidade, se um ato for invalidado ocorre a invalidação dos demais atos subsequentes automaticamente.

48. Acerca da reconvenção, é correto afirmar que:

- a) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

- b) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- c) Na ação monitória, admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção a reconvenção.
- d) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção de incompetência será processada em apenso aos autos principais.
- e) Não é necessário atribuir valor da causa à reconvenção.

49. Analise as assertivas:

- I. A tutela satisfativa destina-se a realizar concretamente o direito da parte.
- II. Na tutela cautelar, objetiva-se assegurar o provimento útil da demanda, a satisfação eventual e futura do direito da parte.
- III. A cognição pode ser analisada em duas direções: no sentido horizontal, quando pode ser plena ou parcial; e no sentido vertical, em que a cognição pode ser exauriente ou sumária/superficial.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Apenas a alternativa I é verdadeira;
- c) Apenas a alternativa I e II é verdadeira;
- d) Apenas a II é falsa.
- e) Apenas a III é verdadeira.

50. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.

- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

51. Analise as alternativas a seguir a respeito da ação de consignação em pagamento:

- I) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.
- II) Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de 15 (quinze) dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor a faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito
- III) A insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz à prolação de sentença parcialmente procedente.
- IV) Na contestação da ação de consignação em pagamento, o réu poderá alegar que o depósito é insuficiente, mas deverá indicar o montante que entende devido.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

52. É aplicável a remessa necessária na seguinte situação:

- a) quando for proferida sentença ilíquida.
- b) sentença arbitral proferida em face do Poder Público.
- c) sentença fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em súmula administrativa.
- d) sentença proferida em face de autarquia municipal, cujo proveito econômico obtido na causa for de valor líquido e certo inferior a 100 (cem) salários mínimos.
- e) sentença proferida em face da União, cujo proveito econômico obtido na causa for de valor líquido e certo inferior a 1.000 (mil) salários mínimos

53. Assinale a alternativa incorreta a respeito do cumprimento de sentença.

- a) Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes somente poderão ser arguidas pelo executado em autos apartados e nestes serão decididas pelo juiz.
- b) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- c) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
- d) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a

requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

e) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

54. Marque a alternativa incorreta no que se refere aos processos nos Tribunais:

a) A alteração de tese jurídica, adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos, deverá ser precedida de audiências públicas.

b) Não se aplica a técnica de ampliação de julgamento nos casos de julgamento não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

c) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

d) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame do mérito do incidente de demandas repetitivas.

e) Do julgamento do mérito do incidente de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

55. Sobre a reclamação, assinale a alternativa correta:

a) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

b) É cabível reclamação para o STJ contra acórdão de turma recursal de juizado especial

estadual que contrariar jurisprudência consolidada desse Tribunal Superior.

c) Ela é concebida, atualmente, como um incidente processual, já que exige um processo em trâmite para o seu manejo.

d) Em que pese as inovações trazidas pelo NCPD quanto ao instituto, a reclamação tem cabimento restrito no STF e STJ.

e) No caso de descumprimento de súmula vinculante por parte de autoridade administrativa, o manejo da reclamação não exige o esgotamento das vias administrativas.

ii) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.

iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Nenhum dos itens está correto.

c) Apenas os itens i e ii estão corretos

d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.

e) Apenas o item iii está correto.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

56. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.

b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram revogadas pela EC 33/2001.

57. Julgue os itens a seguir:

i) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.

58. Assinale a alternativa correta:

a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.

b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.

d) É inconstitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.

e) É constitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

59. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.
- e) A lei tributária que possibilita que um ato normativo fixe o valor de uma taxa viola necessariamente o princípio da legalidade tributária.

60. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca
- c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

61. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

62. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, ainda quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

63. Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- b) A legislação tributária se aplica imediatamente aos fatos geradores pendentes.

- c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, sendo garantida a diminuição, pela metade, da multa aplicada em decorrência de infração dos dispositivos interpretados;
- d) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- e) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

64. Sobre as contribuições de melhoria, julgue os itens a seguir:

- I) A competência tributária para instituir contribuições de melhoria é comum, ou seja, pode ser exercida por todas as entidades federativas.
 - II) A contribuição de melhoria pode ser instituída para custear obras de recapeamento asfáltico, sendo desnecessário, nesse caso específico, a demonstração da valorização imobiliária.
 - III) O valor da contribuição de melhoria deve observar como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- a) Apenas a afirmativa do item I está correta.
 - b) As afirmativas dos itens I e II estão corretas.
 - c) As afirmativas dos itens I e III estão corretas.
 - d) As afirmativas dos itens II e III estão corretas.
 - e) Apenas a afirmativa do item III está correta.

65. Julgue os itens a seguir:

I) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei complementar específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

II) a isenção pode ser concedida por prazo certo ou por prazo indeterminado. No primeiro caso, a isenção só vale pelo período determinado pela legislação; no segundo, até que a norma isentiva seja modificada.

III) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- e) As afirmativas II e III estão corretas.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

66. No que se refere à jornada de trabalho, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I – O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno será computado em sua jornada de trabalho.

II – O não cumprimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, implica a repetição do pagamento das horas

excedentes à jornada diária, se não ultrapassada a duração máxima semanal.

III – As horas suplementares à duração do trabalho semanal serão pagas com acréscimo de, no mínimo, 70% sobre o salário-hora normal.

IV - Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, quando o empregado, por exigência da empresa, troca de roupa ou uniforme nos vestuários do estabelecimento do empregador.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) O item II e III estão corretos.
- c) Apenas o item IV está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Nenhum dos itens está correto.

67. A CLT dispõe expressamente sobre alguns dos direitos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A esse respeito, assinale a alternativa que está em consonância com esses direitos.

a) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

b) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

c) Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência não deverá considerar as habilidades relacionadas com a profissionalização.

d) É lícita a diferenciação do salário a ser pago ao portador de deficiência, mesmo que em função idêntica dos demais empregados, desde que estipulado por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

e) A idade máxima permitida aos aprendizes portadores de deficiência é de 24 (vinte e quatro) anos.

68. Nos casos de danos extrapatrimoniais trabalhistas, recentemente positivados pela reforma, se julgado procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros:

- a) ofensa de natureza leve, até seis vezes o último salário contratual do ofendido.
- b) ofensa de natureza média, até sete vezes o último salário contratual do ofendido.
- c) ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.
- d) ofensa de natureza grave, até quinze vezes o último salário contratual do ofendido.
- e) ofensa de natureza gravíssima, até trinta vezes o último salário contratual do ofendido.

69. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas são de responsabilidade do

- a) sucessor, mesmo se contraídas na época em que o empregado trabalhava para o sucedido.
- b) sucessor e, solidariamente, do sucedido.
- c) sucessor e, subsidiariamente, do sucedido.
- d) sucessor, salvo se o contrário dispuser o contrato de trabalho.
- e) sucessor e do sucedido, respeitados os períodos em que se beneficiaram com a prestação dos serviços.

70. Em relação ao instituto jurídico do aviso prévio, nos termos das normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e da

jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) havendo aplicação da dispensa do empregado por justa causa em razão de desídia no desempenho de suas funções deverá ser concedido aviso prévio.
- b) em caso de despedida indireta e rescisão por culpa recíproca não é devido o aviso prévio.
- c) o pagamento relativo ao período de aviso prévio trabalhado está sujeito à contribuição para o FGTS, o que não ocorre quando o mesmo for indenizado.
- d) o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, será reduzido em duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral, independentemente de quem tenha promovido a rescisão.
- e) é incorreto substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.

71. Zeca é empregado de uma empresa e foi presidente do sindicato dos trabalhadores da sua categoria. Mas, findo o seu mandato, teve que retornar ao seu posto de trabalho. Seis meses após o seu retorno, o seu empregador pretende demiti-lo.

Segundo o disposto na Constituição da República, nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) Zeca não poderá ser demitido do emprego, ainda que tenha cometido falta grave, em razão da sua estabilidade, que perdura por até um ano após o final do seu mandato.
- b) o empregador poderá demitir Zeca, se este tiver cometido falta grave, uma vez que a estabilidade de ex-dirigente sindical não o protege nessa situação.
- c) Zeca poderá ser demitido do emprego a qualquer momento, independentemente de ter ou não cometido falta grave, pois a sua

estabilidade não o protege após o fim do mandato.

d) o empregador somente poderá demitir Zeca após um ano do fim do mandato, tenha ele cometido ou não falta grave.

e) Zeca somente poderá ser demitido após dois anos do fim do mandato ou então, antes disso, se cometer falta grave, na forma da lei.

72. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XVII, assegura o direito ao “gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal”. Acerca de referido direito, é **incorreto** afirmar:

a) A época da concessão das férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.

b) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na proporção de 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas ou 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes, entre outros.

c) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecedem feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

d) As férias coletivas poderão ser concedidas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa e deverão ser gozadas em um único período anual, desde que não seja inferior a 15 (quinze) dias corridos.

e) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação, o interessado dará recibo.

73. No tocante à prescrição, considere:

I. Quanto aos depósitos do FGTS, para os casos em que o prazo prescricional já estava em

curso em 13/11/2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13/11/2014.

II. Quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, a interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

III. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato de trabalho.

Tendo em vista a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017, e o entendimento sumulado do TST, está correto o que consta em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, apenas.

e) III, apenas.

74. Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) pode-se afirmar que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

a) Regulamento empresarial e supressão de regras protetivas do trabalho do adolescente.

b) Troca de feriados e modalidade de registro de jornada de trabalho.

c) Prêmios de incentivo em bens ou serviços e diminuição da remuneração do trabalho noturno.

d) Flexibilização das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em

normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

75. A respeito da jornada de trabalho, com fulcro na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

b) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

c) É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

d) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de quinze minutos.

e) É permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessôa

76. Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O direito processual comum será aplicado sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.

b) A Lei de Execuções Fiscais será aplicada sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.

c) É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação movida por servidor admitido mediante contrato administrativo por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público quando houver alegação de desvirtuamento da contratação.

d) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

e) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

77. Em execução trabalhista movida por empregado celetista, da decisão proferida nos embargos à execução que seja desfavorável ao Estado, incumbirá ao Procurador:

a) Interpor agravo de petição.

b) Interpor agravo de instrumento.

c) Impetrar mandado de segurança.

d) Interpor recurso ordinário.

e) Interpor embargos de declaração.

78. Analise as proposições abaixo:

I - Quanto aos recursos no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho: O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

II - Eliane move reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora Empresa XYZ Ltda. e a Concessionária de Veículos ABC Ltda., sendo esta a tomadora de seus serviços terceirizados. Encerrada a instrução processual, foi proferida sentença, julgando procedente em parte a ação e condenando a Concessionária como responsável subsidiária no pagamento das

verbas deferidas à reclamante, que não obteve êxito em seu pedido de danos morais. No tocante aos prazos processuais e já esgotado o prazo para interposição de Embargos de Declaração, segundo jurisprudência do TST, bem como o disposto pela Lei nº 13.467/2017, todos possuem prazo comum de oito dias úteis para interposição de Recurso Ordinário, não importando a existência de litisconsórcio passivo, com procuradores distintos.

III - A Empresa ASDF, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por Tício, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

- a) Estão erradas as assertivas I e II
- b) Estão erradas as assertivas I e III
- c) Estão erradas as assertivas II e III
- d) Apenas a assertiva II está correta
- e) Todas as assertivas estão corretas

79. Quanto à sentença no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- a) a fundamentação da sentença faz coisa julgada material.
- b) o relatório da sentença faz coisa julgada material.
- c) a decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.
- d) em relação aos requisitos essenciais da sentença, em qualquer rito no processo do trabalho, é obrigatório o relatório, sob pena de nulidade da decisão.
- e) é dispensada, nas decisões cognitivas ou homologatórias, a indicação da natureza

jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

80. Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

- a) sua realização ocorre nos dias úteis, das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
- b) sua realização ocorre nos dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- c) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- d) a penhora não poderá realizar-se em domingo ou dia feriado.
- e) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcanti

81. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que corresponde a um objetivo da Seguridade Social expressamente previsto na Constituição:

- a) Universalidade da cobertura e seletividade do atendimento.
- b) Equidade entre os benefícios destinados às populações urbanas e rurais.
- c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

d) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

e) Irredutibilidade real do valor dos benefícios.

82. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;

b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;

d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;

e) deverão ser extintos.

83. A Previdência Social existe para garantir a manutenção do indivíduo e de sua família durante os momentos em que o segurado, de maneira temporária ou definitiva, estiver impossibilitado de provê-la.

A respeito da aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência, assinale a alternativa correta:

a) A aposentadoria por invalidez permanente do servidor federal abrangido pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos integrais desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

b) Os requisitos de tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exigidos pelo art. 40, §1º, inciso III, da Constituição, devem ser cumpridos integralmente na unidade federada em que o servidor se aposentar.

c) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

d) A aposentadoria por invalidez do servidor abrangido pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

84. A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, considere as seguintes proposições:

I – A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

II – Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

III - Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

IV – A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Ante o exposto, pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

85. Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:

- a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.

b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.

d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.

e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

86. A contagem recíproca do tempo de contribuição observará as seguintes normas, exceto:

a) é vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e, a partir de 1º de abril de 2003, para o contribuinte individual que presta serviço a empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo.

b) a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor.

c) é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.

d) admite-se a desaverbação de tempo em regime próprio de previdência social ainda que o tempo averbado tenha gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

87. De acordo com o art. 201 da Constituição, a maternidade deve ser obrigatoriamente atendida pelo Regime Geral de Previdência Social. No que tange ao salário-maternidade, julgue as assertivas abaixo.

I - a segurada terá direito ao benefício em caso de aborto não criminoso, por período de duas semanas.

II - um homem somente fará jus ao benefício - pelo prazo remanescente - se a segurada falecer no curso do pagamento do salário-maternidade.

III - o salário-maternidade independe de carência.

IV - o benefício terá a duração de 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, podendo ser prorrogado por duas semanas em razão de critérios médicos e por 60 dias caso a empresa se adeque aos termos do Programa Empresa Cidadã.

V - o salário-maternidade corresponde a um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em período não superior a quinze meses, não podendo ultrapassar o equivalente à remuneração de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estão corretos:

a) apenas os itens I, II e IV;

b) apenas os itens II, III e V

c) apenas os itens I e IV;

d) apenas os itens IV e V;

e) todas estão erradas.

88. A respeito do Regime de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta:

a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.

b) O ingresso em regime de previdência privada é facultativo mas, uma vez feita a opção, esta será irrevogável.

c) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes, nos termos da lei.

d) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

e) O patrocinador, independentemente de sua natureza jurídica, obriga-se a contribuir com o mesmo percentual da contribuição vertida pelo participante.

89. As entidades fechadas de previdência complementar deverão ser compostas, no mínimo, por:

- a) conselho de administração, conselho fiscal e conselho deliberativo.
- b) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.
- c) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de previdência.
- d) conselho consultivo, conselho de administração e conselho deliberativo.
- e) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de benefícios.

90. Assinale a alternativa correta no que tange ao financiamento da seguridade social, conforme a legislação vigente:

- a) A alíquota de contribuição do segurado especial, do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- b) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.
- c) A contribuição do empregado, ressalvado o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.
- d) A alíquota de contribuição do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- e) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 7,5%, 9%, 12% e 14%.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

91. O Estado de Alagoas instituiu, por meio de lei, uma Área de Proteção Ambiental – APA. Um particular pleiteia o licenciamento de atividade, dentro da unidade, que tem potencial de causar danos de âmbito local. Neste caso, assinale a alternativa correta.

- a) O ente responsável pelo licenciamento é o Estado de Alagoas, haja vista ter sido o ente instituidor da APA.
- b) O ente responsável pelo licenciamento é o Município onde se localiza a APA.
- c) Não há possibilidade de licenciamento de atividades no interior de APA's, ante sua importante função ecológica.
- d) O ente responsável pelo licenciamento será o Estado de Alagoas, e a APA só poderá ser composta por terras públicas.
- e) No interior da APA, nas áreas sob propriedade privada, cabe ao ente instituidor da unidade estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

92. Quanto à tutela do meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É dever do poder público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- b) É dever do poder público promover a educação ambiental exclusivamente nos ensinos fundamental e médio, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Caatinga e a Zona Costeira são

patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.

e) A competência administrativa ambiental é comum a todos os entes da Federação.

93. Quanto à legislação florestal, assinale a alternativa correta.

a) Área rural consolidada é aquela com ocupação humana posterior a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

b) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, a ser definida pelo chefe do executivo.

c) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de baixo impacto ambiental.

d) A área mínima de reserva legal, em imóvel rural localizado na Amazônia Legal, em área de florestas, é de 80%.

e) Não se admite a exploração econômica da Reserva Legal, haja vista sua importante função para o ecossistema.

94. Um particular, visando evitar a responsabilidade penal por crime ambiental cometido por ele, ajuíza uma ação civil, com o pedido para obrigar o Ministério Público a assinar um termo de ajustamento de conduta ambiental. Esta ação civil:

a) Pode ser julgada procedente, haja vista que o particular tem o direito subjetivo à assinatura

do TAC ambiental, mas este termo não é capaz de afastar a tipicidade pena.

b) Deverá ser julgada improcedente, pois o TAC, além de não afastar a tipicidade penal, só pode ser assinado em caso de acordo de ambas as partes.

c) Pode ser julgada procedente, haja vista que o particular tem o direito subjetivo à assinatura do TAC ambiental, e este termo é capaz de afastar a tipicidade pena.

d) Deverá ser julgada improcedente, pois não há previsão legal do instituto do termo de ajustamento de conduta, sendo este uma construção doutrinária.

e) A ação poderá ou não ser julgada procedente, a depender do tipo de crime ambiental que se quer afastar.

95. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) elaborado pelo Estado de Alagoas, um dos instrumentos da PNMA, foi produzido pela área técnica responsável do Governo do Estado e contou com a participação de especialistas de várias áreas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), após o qual foi aprovado e entrou em vigor. Quanto à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Este ZEE é válido, já que contou com a participação de especialistas, o que garante a participação necessária da sociedade.

b) Este ZEE é inválido, pois necessita de ampla participação democrática, através do poder público e da sociedade civil, sendo desnecessária a valorização do conhecimento científico.

c) Este ZEE é inválido, pois é matéria de iniciativa privativa da Assembleia Legislativa.

d) Este ZEE é inválido, pois a competência para a criação deste instrumento é privativa da União.

e) Este ZEE é inválido, pois, além da valorização do conhecimento científico, é necessário também garantir a ampla participação

democrática, através do compartilhamento de ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil.

96. A Política Nacional de Recursos Hídricos NÃO se baseia no seguinte fundamento:

- a) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e o uso industrial.
- b) A água é um bem de domínio público.
- c) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- d) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- e) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

97. Quanto ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, assinale a alternativa correta.

- a) O SNUC é regido por diretrizes, dentre as quais está a que assegura a participação efetiva do setor comercial local na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
- b) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, a saber: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Mosaico.
- c) A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas

alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

d) O Monumento Natural pode ser constituído somente por áreas públicas.

e) A Reserva da Fauna é unidade pertencente ao Grupo de Proteção Integral.

98. Quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta.

- a) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, reciclagem, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos
- b) Entende-se por área órfã contaminada a área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
- c) A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a PNRS, se aplica, também, aos rejeitos radioativos.

d) É princípio da PNRS, dentre outros, a visão individualizada na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

e) Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, ante sua especificidade, não podem ser aplicados, em nenhuma hipótese, à PNRS.

99. No que se refere à competência material ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A competência material ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) Os entes federativos podem valer-se de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e

entidades do Poder Público como instrumentos de cooperação institucional, mas estes instrumentos não podem ser firmados por prazo indeterminado, haja vista que dificulta sua avaliação periódica.

c) Compete aos Estados prestar informações à União para a formação e atualização do Sinima.

d) Compete aos Estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas inseridas dentro de seu território.

e) Considera-se licenciamento ambiental o procedimento judicial destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

100. Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta.

a) Para imposição e gradação da pena restritiva de direitos decorrente de crimes ambientais, a autoridade competente observará a situação econômica do infrator.

b) Caso o infrator seja responsabilizado penalmente por crime ambiental, não há que se falar em sua responsabilização administrativa pelo mesmo fato, evitando, assim, o *bis in idem*.

c) Não interfere na fixação da pena decorrente de crime ambiental o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada.

d) A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa, mas a perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível não poderá ser aproveitada no processo penal.

e) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>